



ATA DE REUNIÃO - ATR -

Projeto:	Processo Judicial Eletrônico - PJe-TJMA
Data:	10.04.2015 das 14h às 15h30min
Participantes:	<ul style="list-style-type: none">✓ Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira;✓ Juiz Roberto Abreu Soares (Juiz de Direito);✓ Jorge Henrique da Silva Oliveira (Diretor de Informática e Automação - DIA);✓ Antony Luso (Assessor de Desembargador);✓ Elizimar Holanda (Equipe PJE).
Objetivo:	Discussão das ações para implantação do PJe-TJMA em 2015.

Assuntos tratados:

- 1 O Desembargador Paulo Velten abriu a reunião e passou a palavra aos presentes.
- 2 O Juiz Roberto Abreu sugeriu aos presentes a leitura da Portaria 26/2015 do CNJ, que cria a rede de Governança do Processo Judicial Eletrônico (PJe), fortalecendo procedimentos de governança colaborativa.
- 3 Dando prosseguimento, o juiz Roberto Abreu apresentou o fluxo de audiência do PJe-TJMA que será implementado na aplicação de produção. Informou que o CNJ disponibilizou dois treinamentos relacionados ao PJE, que acontecerá em Brasília. Um treinamento abrangendo a área de segurança e outro tratará de fluxos. Duas pessoas do TJMA foram indicadas para participação.
- 4 Disse, ainda, que o objetivo do treinamento é dotar servidores dos tribunais dos conhecimentos necessários para realização das alterações e melhorias nos fluxos processuais utilizados para o processamento das ações. Isto porque o fluxo recebido do CNJ é macro (genérico), facultando-se aos tribunais as especializações que entender pertinentes, de maneira a criar condições para a automação das tarefas realizadas no âmbito de cada Tribunal.
- 5 Disse que para automatizar essas especializações é preciso formar profissionais do TJMA e esse treinamento oferecido pelo CNJ faz parte das ações necessárias a essa formação.
- 6 O Diretor Jorge destacou que o CNJ está fazendo as convocações de treinamento em um tempo muito curto e que isto cria dificuldades que prejudicam a participação, pois há procedimentos internos do TJMA a serem cumpridos para a emissão de diárias e passagens, que exigem processamento num prazo mínimo, e isto não está sendo observado pelo CNJ. A proximidade das comunicações com a oferta de treinamento está prejudicando a preparação, em razão do tempo curto entre a convocação e o início do treinamento.
- 7 Dando seguimento aos demais assuntos, o Juiz Roberto Abreu informou que, no âmbito de 1º Grau, a preparação da proposta inicial de treinamento e



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

implantação já está avançando, e que essa providência também será necessária para o planejamento da expansão da implantação no âmbito do 2º Grau.

- 8 Disse que a estratégia de treinamento e implantação é a mesma utilizada no ano passado, em que a etapa de treinando será sincronizada com a fase de implantação.
- 9 Exibiu novamente o documento com o cronograma proposto para o 1º Grau.
- 10 Lembrou que os cronogramas de implantação, tanto no âmbito do 1º Grau quanto do 2º, devem ser preparados e publicados com o prazo mínimo 90 dias de antecedência, embora o TJMA já tenha órgãos operando com o PJe-TJMA, e a Resolução nº 185/2013 do CNJ faculte, nessa hipótese, que a publicação seja feita com até 30 dias de antecedência.
- 11 Solicitado, o Juiz Roberto Abreu apresentou o Plano de Trabalho proposto para implantação no 2º. Grau. Disse que o objetivo é implantar o PJe-TJMA para os processos originários e recursos não criminais interpostos nos processos eletrônicos do 1º Grau que tramitem em suporte eletrônico.
- 12 Disse que a ideia é sincronizar as implantações de 1º e 2º Graus, de modo que, admitido o primeiro recurso cível em processo gerado no PJe-TJMA, os órgãos respectivos do 2º Grau também já estejam em condições para recebimento no mesmo formato.
- 13 Apresentou o Cronograma macro, onde a proposição no ambiente do 2º Grau indicada também deverá iniciar os treinamento no próximo mês de junho de 2015, haja vista que a implantação está sugerida para iniciar no mês de agosto de 2015, de modo a garantir o encerramento dessa etapa da implantação ainda no mês de novembro/2015.
- 14 Apresentou uma previsão de casos novos a serem impactados com essa implantação, com estimativa anual em torno de 78 mil no 1º Grau e de 23 mil no 2º Grau.
- 15 Apresentou a Unidades proposta para implantação no 2º. Grau:

MUNICÍPIO	TIPO OJ	ÓRGÃO JURISDICIONAL
SÃO LUÍS	CÂMARAS CÍVEIS	1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA 2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA 4ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA 5ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA PRIMEIRAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS SEGUNDAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS SEÇÃO CÍVEL
	CÂMARAS	1ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

	CRIMINAIS	2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA 3ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
	ÓRGÃO ESPECIAL	ÓRGÃO ESPECIAL
	PLENO	TRIBUNAL PLENO

16 O Diretor Jorge Henrique disse que para deliberar todas as ações de divulgação e apresentar uma proposta de treinamento e implantação aos desembargadores o ideal era fechar o planejamento de forma integral. Com relação ao 1º. Grau, o Juiz Roberto Abreu Soares já está conduzindo, mas, com relação ao 2º Grau, ainda está dependendo da conclusão para fechamento dos marcos do projeto.

17 O Desembargador Paulo Velten solicitou uma proposta de cronograma para o 2º Grau, que será elaborado pela Sra. Elizimar para ser entregue até quinta-feira (16/04/2015). Esta será apresentada à Presidente e à Comissão de Informática em reunião, com data provável para realização no 17/04/2015 (sexta-feira).

1. Encerrados os assuntos do dia, a reunião foi encerrada.

Ações e Responsabilidade:

Item	Tarefa	Responsável	Data inicial	Data final	Status*

- Status (D - Definido, E - Em elaboração, C - Concluído)

Informações adicionais:

DE ACORDO:

Assinaturas:
